

EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

ZIEMBA, Mariluci Ferreira¹

RU: 440160

REIS, Mariana Silva dos²

RESUMO

Devido a quantidade de indivíduos com autismo busca-se por uma educação inclusiva e a Educação Física escolar atua de forma significativa na aprendizagem e desenvolvimento do aluno com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA). Este trabalho tem por objetivo identificar as contribuições que a Educação Física escolar proporciona para os alunos com TEA, bem como as abordagens utilizadas pelo professor e as leis que garantem o acesso destes indivíduos na escola regular. Trata-se de uma pesquisa de revisão bibliográfica descritiva, utilizando-se de artigos sobre autismo e inclusão escolar das bases de dados Google Acadêmico, SciELO e repositórios de Universidades, revisando estudos publicados no período de 2001 a 2020. Os alunos com TEA, que participam das aulas, apresentam diversos progressos no seu desenvolvimento motor, cognitivo, social e afetivo. A inclusão dos alunos com TEA abrangem diversas abordagens pedagógicas para que se concretize de fato a inclusão. A Psicomotricidade se destaca na Educação Física, devido ao seu cunho pedagógico, na aprendizagem e na correlação dos domínios motor, intelectual e afetivo dos alunos. Tudo o que diz respeito a inclusão só é possível devido às políticas públicas que ao longo dos anos foram se consolidando e proporcionando melhorias para os portadores de TEA, em especial no processo escolar.

Palavras-chave: Educação Física Escolar. Autismo. Transtorno do Espectro Autista. Inclusão.

1. INTRODUÇÃO

A pesquisa justifica-se devido ao crescente número de pessoas com diagnóstico de autismo. A Revista Autista (2019) relata que a estimativa global da Organização das Nações Unidas (ONU) é que aproximadamente 1% da população pode ter autismo no mundo todo. Já a Organização Mundial da Saúde (OMS) tem outros dados e estima que 1 em cada 160 crianças têm autismo. Desta forma busca-se cada vez mais por profissionais capacitados, dentre eles professores com

¹ Aluna do Centro Universitário Internacional UNINTER. Artigo apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso

² Orientadora no Centro Universitário Internacional UNINTER.

conhecimentos pedagógicos que possam contribuir de forma significativa com o desenvolvimento motor, cognitivo e social da criança com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), e a atividade física no âmbito escolar é um dos pilares, bem como uma aula de qualidade acrescenta pontos positivos na vida do indivíduo, entender as especificidades dos alunos com TEA, e se seus direitos são respeitados é fundamental para inclusão.

Nessa perspectiva, devido a estimativa do número elevado de crianças diagnosticadas com TEA percebe-se a necessidade de aprofundar os estudos referente à Educação Física escolar e suas contribuições no autismo. Portanto, questiona-se: A Educação Física na educação infantil auxilia em quais aspectos no desenvolvimento de habilidades na criança com Transtorno do Espectro do Autismo? Então, o objetivo geral da pesquisa realizada foi identificar potenciais progressos das crianças autistas inseridas nas aulas de Educação Física.

Para tanto, foram delineados os seguintes objetivos específicos: Compreender os benefícios da atividade física para a criança autista; analisar as abordagens pedagógicas adotadas para que se obtenha êxito na aplicação de atividades inclusivas e apontar as políticas públicas que atuam na inclusão da criança com Transtorno do Espectro do Autismo.

Com base nestes questionamentos, este trabalho buscou subsídios dentro do contexto da educação física inclusiva, mais especificamente nos anos iniciais escolares, de forma que estas abordagens pedagógicas auxiliem estes alunos na inclusão da comunidade escolar, no desenvolvimento motor, cognitivo e social e afetivo, formando cidadãos mais confiantes e independentes, diminuindo assim os seus estereótipos e limitações.

A pesquisa sobre as contribuições da Educação Física para alunos com TEA será de forma descritiva, através de levantamento bibliográfico. Os textos pesquisados são livros, teses, dissertações, artigos ou outras produções científicas. O levantamento bibliográfico será feito on-line nas bases e dados do Google Acadêmico, SciELO (Scientific Eletronic Library Online), revistas digitais, bibliotecas digitais de Universidades, e sites do governo Federal.

A princípio, são descritos os benefícios da atividade física escolar na vida da criança com TEA e de que forma essas contribuições incluem a criança na sociedade, e quais perspectivas são alcançadas.

Na segunda seção, foram analisadas as abordagens pedagógicas eficazes na elaboração das aulas, e as adaptações necessárias para que crianças com TEA sintam-se estimuladas a participar da aula com os alunos não atípicos.

Na terceira seção, realizou-se apontamentos sobre as políticas públicas de inclusão escolar, em especial ao público com TEA.

2. BENEFÍCIOS ALCANÇADOS PELO AUTISTA NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) apresentam diferentes distúrbios do desenvolvimento neurológico, dificuldade de comunicação, dificuldade de socialização e padrão de comportamento restritivo e repetitivo. Em 1943, Leo Kanner um psiquiatra austríaco foi o primeiro a apresentar casos caracterizados basicamente pelo isolamento social, problemas na comunicação e comportamento. Rosadas e Magro (2005) afirmam que as aulas de Educação Física podem trazer inúmeros benefícios, tanto no âmbito psicomotor, como no social e afetivo para alunos com TEA em seu desenvolvimento. “A educação física, pela natureza dos seus efeitos e implicações, tem incidência em amplos aspectos do desenvolvimento global da criança autista” (HOLLERBUSCH, 2001, p. 83).

O autismo pode ser observado pelos comportamentos da criança. Os pais percebem as anormalidades na média dos 17 meses de vida, portanto só se tem diagnóstico em média aos 4 anos de idade, conforme destacado por Sunakozawa, Mathias, Vidotti e Zucchi (2020), sabe-se que sua identificação cada vez mais precoce possibilitam maiores resultados no desenvolvimento de suas habilidades.

Para Aguiar, Pereira e Bauman (2017) a atividade física regular propicia a criança diminuir a inatividade, aumentando sua iniciativa, interagindo socialmente de forma mais cabível, melhora sua coordenação motora, cognitiva, controla mais suas emoções, também aumenta sua percepção de espaço, tempo, e adquire mais consciência corporal, e abrandar movimentos repetitivos estereotipados e reduzir comportamentos de agressividade.

Crianças com TEA podem ter quadros leves com altas habilidades, ou até um comprometimento grave tanto da linguagem e da capacidade intelectual, para Tomé (2007), a Educação Física auxilia no desenvolvimento de habilidades sociais, melhorando a qualidade de vida dos alunos com TEA. Mas, para um desenvolvimento

positivo, o professor necessita conhecer cada aluno de forma individual, entender suas especificidades, pois, cada aluno com TEA tem suas características próprias, para Fiorini e Manzini (2016) a Educação Física Escolar precisaria ter enfoque na exponencial potencialidades de todos os alunos.

O professor de Educação Física para pessoas com TEA, está envolvido no processo de aprendizagem e socialização, não somente deve priorizar questões de aprimoramento físico, mas auxiliar no vasto conjunto de interações sociais, comunicação e comportamento (TOMÉ, 2007). “A prática desportiva, quando usada sem os princípios da inclusão, é uma atividade que não favorece a cooperação” (AGUIAR, 2005, p. 225).

Para Campão (2008) a Educação Física faz do uso de jogos e brincadeiras, um instrumento poderoso para auxiliar o desenvolvimento das crianças, seja no plano motor, afetivo ou cognitivo. A referida autora, citando Gallardo (2003) afirma que é durante a infância que se concentram as aquisições fundamentais para o restante do desenvolvimento humano, pois é nessa etapa que o indivíduo forma a base motora para a realização de movimentos mais complexos futuramente.

A atividade física no desenvolvimento motor promove uma melhora significativa a coordenação da criança com TEA, o professor estimula a criança durante a aula e ela irá desempenhar diversos movimentos, proporcionando melhora na flexibilidade, lateralidade, força e no equilíbrio (ALVES, 2014). Quem pratica atividade física regular consegue desenvolver a sua capacidade motora, garantindo a aprendizagem de habilidades específicas, ela aprimora a motricidade do aluno, aumentando também sua organização temporal e a espacial (ALVES, 2014). A atividade física ajuda o autista a ter um estilo de vida mais saudável, desenvolver habilidades e ganhar experiências e aprendizados (HOLLERBUSCH, 2011).

De acordo com Kern *et al.*, (1982) atividades físicas causam benefícios fisiológicas como liberação de hormônios e neurotransmissores que proporcionam de efeitos tranquilizantes e calmantes diminuindo a ansiedade, bem como benefícios educacionais provocam melhoras no desempenho de aprendizagem ou no comportamento de modo geral, desenvolvendo o cognitivo aumentando a atenção, percepção e comunicação.

Para a afetividade o exercício físico desencadeia a liberação de vários hormônios e dentre eles a serotonina, que é um hormônio da satisfação (prazer), melhorando o estresse e a ansiedade. Ao se manter ativo, a criança e jovem melhora

sua aptidão cardiorrespiratória e muscular, saúde óssea, cardiovascular e metabólica. Apenas 60 minutos diários já fazem a diferença na saúde, de acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS).

Na interação social, atividade física promove o cooperativismo, brincadeiras em grupos, programas de corrida e jogos que contribuem para melhorar as dificuldades de quem tem o Transtorno do Espectro do Autismo. “Permite o exercício das funções cognitivas, da linguagem e das capacidades motoras e ainda desenvolver a socialização” (HOLLERBUSCH, 2001, p. 7). As crianças autistas gostam de brincadeiras lúdicas, porém tem extrema dificuldade em executá-las devido as suas relações sociais não serem desenvolvidas.

Para Seabra (2012) é necessário que a Educação Física priorize o princípio da inclusão, contribuindo efetivamente para o desenvolvimento e construção da cidadania, possibilitando a exploração e o desenvolvimento de várias capacidades dos alunos, estingando sua autoconfiança e autoestima, propiciando também sentimento de pertencer a algo ou algum lugar.

3. EDUCAÇÃO FÍSICA E SUAS ABORDAGENS PARA INCLUSÃO DO ALUNO COM TEA

Existem diversos tipos de abordagens e propostas pedagógicas, e todas tem como objetivo envolver todos os alunos no projeto escolar, sendo o professor o agente principal, muitas mudanças e transformações tem ocorrido na área da Educação Física, houve muitas discussões no tocante a seu planejamento pedagógico de aprendizagem, a psicomotricidade é a abordagem mais relevante na Educação Física para a inclusão (SEABRA, 2012). Para o autor, a psicomotricidade se destaca na Educação Física devido ao seu cunho pedagógico, na aprendizagem e na correlação dos domínios motor, intelectual e afetivo dos alunos.

Sobre a psicomotricidade, Seabra (2012 apud DARILO; SANCHES NETO 2005, p. 12) descreve:

A psicomotricidade, ou educação psicomotora, figura como uma das primeiras propostas específicas para o ambiente escolar. Tornou-se uma das primeiras referências em programas de Educação Física Escolar por seu caráter pedagógico, valorizando e fundamentando o processo de aprendizagem na interdependência dos domínios motor, intelectual e afetivo dos alunos”.

Além da Psicomotricidade (1983), existem outras abordagens com grande importância na Educação Física, por exemplo: Desenvolvimentista (1988), Construtivista (1989), Sistêmica (1991), Crítico-Superadora (1992), Cultural (1993), Crítico-Emancipatória (1994), Jogos Cooperativos (1997) e Saúde Renovada (1999) (MAFFEI, 2019). As PCNs (Brasil, 1997, 1998, 1999) são documentos oficiais que dão início ao processo de ensinar e aprender, são resultado da (LDBEN-1996) que rege as políticas educacionais, as PCNs são os princípios de todas as abordagens destacadas acima (SEABRA, 2012).

Identificar os meios facilitadores para colocar em prática a inclusão dos alunos com TEA durante as aulas é de suma importância, elevando seu potencial de aprendizagem. Segundo Tomé (2007), a Educação Física auxilia no desenvolvimento de habilidades sociais, melhorando a qualidade de vida dos alunos com TEA. Para um desenvolvimento positivo, o professor necessita conhecer cada aluno de forma individual, pois, cada aluno com TEA tem características próprias. Estudos mostram que as crianças autistas podem ter graus diferentes de dificuldade com habilidades motoras, cognitivas e socio-efetivas. Essas dificuldades podem ser minimizadas com atividades físicas durante a aula de Educação Física, ao estruturar o meio ambiente adequado para a criança e adolescente.

As autoras Aguiar, Pereira e Bauman (2017, p. 181) ressaltam que:

As crianças autistas podem e devem participar das aulas de Educação Física ministradas na escola; entretanto é preciso ter atenção a determinadas peculiaridades deste grupo de indivíduos. O autista pode apresentar crises de agressividade quando percebe que sua rotina foi quebrada; por isso as aulas devem ser ministradas em horário fixo, com duração determinada e os objetos utilizados devem ser distribuídos de maneira lenta, para que a criança se adapte a situação.

Ravazzi e Gomes (2010) alertam para que os professores de Educação Física sigam rotinas e critérios em suas aulas quando existir alunos com TEA, proporcionando, assim, uma aula inclusiva. É preciso pensar na Educação Física como uma disciplina que propicie reflexões aos alunos, contribuindo para uma possível mudança de conceitos acerca de alunos com necessidades especiais.

Os professores de Educação Física devem tornar as aulas divertidas e descontraídas, com qualidade, se conectando com os alunos (HOLLERBUSCH, 2001). As aulas de Educação Física são uma grande oportunidade para diversão, a

prática de exercícios, aprendizado e treino de habilidades sociais para todas as crianças, mas quem tem autismo pode ter dificuldades. Porém, a inclusão nas aulas é fundamental.

Segundo Mantoan (2003), os professores devem entender que todos sabem algo e também podem aprender, cada pessoa no seu tempo e jeito. Para isso, os professores precisam criar expectativas nos progressos dos seus educandos, ajudando-os a ter persistência diante das adversidades no meio escolar. Reconhecer suas capacidades, dificuldades e deficiências sem coibir o ensino do aluno é primordial para que os objetivos sejam alcançados. Para o autor, ensinar de forma igualitária a todos os alunos por meio da pedagogia ativa, com diálogo, interação e inclusão.

De acordo com Cruz (2005, p. 29):

A Educação Física pode contribuir no processo de desenvolvimento motor de uma pessoa portadora de deficiência, à medida que estruture um ambiente que proporcione vivências motoras capazes de incrementar sua habilidade para solucionar as tarefas apresentadas pelo ambiente físico-social no qual está inserida. Para tanto, nossas lentes devem focalizar o movimento corporal – sem restrições excludentes – e não a deficiência da pessoa, quando nos propormos a abordar este tema. Não nos compete reverter alterações morfológico-funcionais constitutivas de uma pessoa. Entretanto, proporcionar-lhe condições de movimentar-se para interagir com seu ambiente físico-social de modo cada vez mais satisfatório às suas necessidades é tarefa que nos cabe.

4. POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO

Muitos avanços na legislação do Brasil foram alcançados com a Constituição Federal de 1988, garantindo direitos de todos os cidadãos, também a combater atos preconceituosos e discriminatório, e resgate da dignidade humana. Salientando a importância da educação, bem como a previsão de educação especializada aos portadores de necessidades especiais. Conforme seu Artigo 208: Art. 208: “O dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de (...) III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. Com a Lei 8.069/1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente, concede, além de outros benefícios, o atendimento especializado para os alunos portadores de necessidades especiais na rede regular de ensino.

Em 1994 com a Conferência Mundial Sobre Educação Especial, na cidade de Salamanca, na Espanha, reforçou-se a necessidade de se incluir dentro do sistema regular de ensino crianças, jovens e adultos portadores de necessidades especiais, e fortaleceu o compromisso da Educação para todos. (UNESCO, 1994). Diversos países assumiram posição pela escola inclusiva de forma oficial, através da Declaração de Salamanca (ONU/UNESCO, 1994). Para Sampaio (2009) O documento final da Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, orientam a efetivar programas que elevem as características e necessidades de cada indivíduo de forma singular, nos sistemas de ensino, e ofertando qualidade na educação para todos.

Princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter. Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade à todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recurso e parceria com as comunidades. Na verdade, deveria existir uma continuidade de serviços e apoio proporcional ao contínuo de necessidades especiais encontradas dentro da escola. Atenção especial deveria ser prestada às necessidades das crianças e jovens com deficiências múltiplas ou severas. Eles possuem os mesmos direitos que outros na comunidade, à obtenção de máxima independência na vida adulta e deveriam ser educados neste sentido, ao máximo de seus potenciais (SAMPAIO, 2009, p. 5)

Publicada em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96 (BRASIL, 1996), no capítulo V trata da Educação Especial e inclusão de alunos com necessidades especiais na rede regular de ensino, dando-lhe o direito de ingresso na escola regular, garantindo adaptações físicas e curriculares quando assim necessárias para que possam ser atendidos de forma justa e igualitária, na LDBEN nº 9.394/96, e a pessoa com transtorno do espectro autista é portadora de uma deficiência, e tem o direito de estudar em escolas de ensino regular.

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial (BRASIL, 1996, s.p)

Em 2012 a comunidade autista obteve uma grande conquista, a qual era uma luta travada a anos, foi promulgada a Lei nº 12.764 Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Conhecida como Lei Berenice Piana, o texto positivou, os portadores do Transtorno do Espectro Autista como pessoa com deficiência. Com a inclusão do autista como deficiente, estes indivíduos passaram a ter direito a todas as políticas de inclusão como, tratamentos, terapias e medicamento pelo Sistema Único de Saúde; diagnóstico precoce; à proteção social; ao trabalho e a serviços que propiciem a igualdade de oportunidade; a educação em escola regular bem como acompanhamento especializado no caso de necessidade (BRASIL, 2012). Sampaio (2009) constata que ao longo dos últimos 30 anos a educação inclusiva vem se consolidando no plano internacional e na legislação Brasileira como conquista dos direitos humanos, muitas melhorias foram alcançadas para os portadores de TEA em especial no processo escolar, em expansão a receber todos independente das suas diferenças.

A Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, legislação que garante direitos específicos para os portadores de TEA, complementada pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência, que inclui sob sua proteção todas as deficiências, inclusive a TEA. Todos estes avanços são refletidos no aumento de alunos com necessidades especiais matriculados na escola regular, conforme dados do Censo Escolar, divulgados anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), onde são considerados os dados de escolas públicas e particulares;

O número de matrículas da educação especial chegou a 1,3 milhão em 2019, um aumento de 34,4% em relação a 2015. Considerando apenas os alunos de 4 a 17 anos da educação especial, verifica-se que o percentual de matrículas de estudantes incluídos em classe comum também vem aumentando gradativamente, passando de 88,4% em 2015 para 92,8% em 2019 (BRASIL, 2019, p. 11)

No dia 2 de abril de 2008 a ONU designou o Dia Mundial da Conscientização do Autismo, este fato chama a atenção para a importância de conhecer e respeitar e o portador de TEA. Segundo a organização existem mais de 70 milhões de pessoas com TEA no mundo.

Ocorreu um grande avanço na inclusão dos alunos com TEA no ensino regular, devido à Leis que surgiram para facilitar sua inserção na escola e na sociedade de

modo geral, algumas pessoas ainda possuem uma visão limitada a respeito das melhorias que a educação física proporciona na vida destes indivíduos, mas no decorrer do tempo a Educação vai se consolidando como ferramenta essencial no desenvolvimento dos alunos com TEA.

5. METODOLOGIA

Esta é uma pesquisa descritiva realizada através de levantamento bibliográfico. Os textos pesquisados foram livros, teses, dissertações, artigos ou outras produções científicas. O levantamento bibliográfico foi feito on-line com base no processo de inclusão escolar dos alunos com TEA nas aulas de educação física, foram selecionados artigos científicos nas bases e dados do Google Acadêmico, SciELO (Scientific Electronic Library Online), revistas digitais, bibliotecas digitais de Universidades, e sites do governo Federal.

De acordo com Gil (2008, p. 50) define que a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Foram utilizadas as seguintes palavras-chaves: “Educação Física Escolar”, “Autismo”, “Desenvolvimento do autista” “TEA Transtorno do Espectro Autista”, “Educação Física e Inclusão”, partindo de fundamentações teóricas de autores da área da educação inclusiva, pesquisadores dos autistas e educação física escolar, encontrando-se um total de 32 artigos. Porém foram utilizados apenas 14 referenciais.

A pesquisa bibliográfica foi realizada no ano de 2020 revisando artigos publicados em um período de 19 anos, ou seja, de 2001 a 2020, exceto alguns estudos datados anteriormente relatando a história do autismo e que são fundamentais para a construção deste. Foram abordados temas de inclusão, benefícios da educação física, abordagens pedagógicas inclusivo e direitos garantidos. Estas informações foram organizadas investigando as seguintes categorias: Desenvolvimento motor Desenvolvimento afetivo, Desenvolvimento cognitivo, Desenvolvimento social e Lei de inclusão escolar.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em diversos estudos foram comprovados que pessoas que sofrem de Transtorno do Espectro Autista TEA, apresentaram uma melhora significativa com as aulas de educação física, melhoram o seu desenvolvimento motor, cognitivo e suas relações sociais e afetivas.

A Educação Física é muito benéfica para a crianças com TEA, trabalhando o movimento humano exigindo esforço físico e mental ela promove a inclusão, promove a interação social proporcionando momentos de lazer e aprendizagem, melhora sua coordenação motora, cognitiva, controla mais suas emoções, também aumenta sua percepção de espaço, tempo, e adquire mais consciência corporal, ajuda o aluno controlar seus movimentos repetitivos estereotipados, e reduzir comportamentos de agressividade que consegue gerar diversos benefícios para pessoas autistas, durante e após a atividade física são liberadas taxa de hormônios que causam sensações de prazer, o que os deixam felizes tornando-os mais calmos, facilitando a interação do professor e dos colegas de classe.

As abordagens pedagógicas permitem ao autista sua inclusão na aula de forma mais tranquila, e quanto antes a criança com TEA for inserida neste meio seu desenvolvimento e aprendizagem serão mais satisfatórios. A inclusão das aulas de Educação Física tem como objetivo principal trabalhar o desenvolvimento de habilidades motoras e comunicativas, dando mais independência e autonomia para o autista. As pessoas com TEA são capazes de levar uma vida normal, mas precisam trabalhar suas dificuldades todos os dias, possibilitando a superar todos os empecilhos, estes indivíduos também têm os seus direitos e deveres assegurados.

Durante o decorrer dos anos muitas conquistas foram alcançadas pela comunidade autista, leis que garantem sua inclusão e permanência na escola indiferente das suas necessidades e adaptações, dando-lhe esperança de uma sociedade mais justa e igualitária.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, João Serapião; DUARTE, Édison. **Educação Inclusiva: um estudo na área da Educação Física**. Rev. Bras. Ed. Esp. Marília, mai./ago. de 2005, v.11, n.2, p.223-240. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbee/v11n2/v11n2a5.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2020.

AGUIAR, Renata Pereira de *et al.* Importância da prática de atividade física para as pessoas com autismo. **Importância da prática de atividade física para as pessoas com autismo**. 2017. Disponível em: <https://periodicos.unichristus.edu.br/jhbs/article/view/1147/428>. Acesso em: 14 dez. 2020.

ALVES, F.R.F. **Desafios e mudanças: uma proposta de programas de exercícios físicos para crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA)**. 2014. Pós-Graduação Educação Física da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Juiz de Fora, 2014. Disponível em: <http://repositorio.ufjf.br:8080/jspui/handle/ufjf/724>. Acesso em: 5 de outubro 2020.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação** (Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996). Diário Oficial da União, 23 de dezembro, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

BRASIL. *Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012*. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro do Autismo; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Brasília, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm. Acesso em: 28 jun. 2020.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Básica 2019: notas estatísticas. Brasília, 2020**. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_da_educacao_basica_2019.pdf. Acesso em: 15 de dez. de 2020.

CAMPÃO, Daiana dos Santos. **A contribuição da educação física no desenvolvimento psicomotor na educação infantil**. *EFDeportes.com, Revista Digital*. Buenos Aires, Ano 13, nº 123, Agosto, 2008. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd123/a-contribuicao-da-educacao-fisica-no-desenvolvimento-psicomotor-na-educacao-infantil.htm>. Acesso em: 30 jun. 2020.

CRUZ, Gilmar de Carvalho. Formação continuada de professores de educação física em ambiente escolar inclusivo. **Formação continuada de professores de educação física em ambiente escolar inclusivo**. 2005. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br>. Acesso em: 5 de out. 2020.

FIORINI, Maria Luiza Salzani e MANZINI, Eduardo José. **Dificuldades e Sucessos de Professores de Educação Física em Relação à Inclusão Escolar**. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbee/v22n1/1413-6538-rbee-22-01-0049.pdf>. Acesso em 25 de set. de 2020.

HOLLERBUSCH, R. M. S. L. **O desenvolvimento da interação social das crianças com alteração do espectro do autismo: Estudo exploratório da influência da educação física na promoção do relacionamento interpessoal**. Universidade do Porto, 2001. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt?locale=pt>. Acesso em: 5 de outubro 2020.

KERN LYNN et al. **Os efeitos de exercício físico na autoestimulação e no responder adequadamente em crianças com autismo**. Journal of Autism and Developmental Disorders, v. 12, n. 4, 1982. Disponível em: <https://www.ama.org.br/site/wp-content/uploads/2017/08/Oefeitodeexerciciofisico.pdf>. Acesso em: 5 de out. 2020.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Caminhos pedagógicos da inclusão: contornando e ultrapassando barreiras. **Caminhos pedagógicos da inclusão: contornando e ultrapassando barreiras**. Disponível em: http://www.lite.fe.unicamp.br/papet/2003/ep403/caminhos_pedagogicos_da_inclusao.htm. Acesso em: 30 nov. 2020.

OMS. **Global Recommendations on Physical Activity for Health**. 2010. Disponível em: <https://www.who.int/dietphysicalactivity/physical-activity-recommendations-5-17years.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2020.

RAVAZZI, Lilian; GOMES, Nilton Munhoz. **Levantamento bibliográfico sobre Educação Física e Autismo**. UEL – Londrina, 2010. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/congressomultidisciplinar/pages/arquivos/anais/2011/esporte/089-2011.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2020.

ROSADAS, S. C.; MAGRO, R. M. **Atendimento individualizado em um programa de Educação Física adaptada na UNESP de Rio Claro**. Disponível em: <http://www.sobama.org.br/arquivos/revistas/sobama/sobama-2005-10-1-suplemento.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2020.

SAMPAIO, Cristiane T. e SAMPAIO, Sônia R. **Educação inclusiva: o professor mediando para a vida** (e-book). Salvador: EDUFBA, 2009. Disponível em: <https://www.amazon.com.br/Educa%C3%A7%C3%A3o-inclusiva-professor-mediando-para-ebook/dp/B00Y8I7PW6>. Acesso em: 5 de out. 2020.

SEABRA Jr., Luiz. **EDUCAÇÃO FÍSICA E INCLUSÃO EDUCACIONAL: Entender para Atender**. 2012. 220f. Tese (Doutorado em Educação Física) - Faculdade de Educação Física. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br>. Acesso em 25 de ago. de 2020.

SUNAKOZAWA, Vitória Rossi. MATHIAS, Letícia Isabela Silva de. VIDOTTI, Márcia Zucchi. **Autismo: importância do diagnóstico precoce**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 05, Ed. 09, Vol. 02, pp. 05-11. Setembro

de 2020. ISSN: 2448-0959. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/saude/diagnostico-precoce>.

TOMÉ, M. A educação física como auxiliar no desenvolvimento cognitivo e corporal dos autistas. São Paulo, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbee/v11n2/v11n2a5.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2020.

UNESCO. Declaração de Salamanca. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Espanha, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em 25 de set. de 2020.